

Práticas Integrativas e Complementares no SUS desafios e possibilidades: uma revisão integrativa da literatura

Iara Rayane Silva de Oliveira¹; Edjerlane Hipólito de Sales¹; Mércia Maria de Santi Estácio²

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
iararayane0601@yahoo.com.br¹, lanne338@hotmail.com¹, merciaestacio15@gmail.com².

INTRODUÇÃO

O crescimento da população, o aumento da expectativa de vida, a multiplicação de técnicas, disciplinas e novas especialidades médicas que se difundem de modo rápido e alucinante, constituem ao mesmo tempo as potencialidades e fragilidades do setor saúde, pois afetam as relações comunicativas, a ação coordenada dos novos conhecimentos e a integração do conjunto imenso de informações que se produz. (TELESI, 2016).

Assim, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem reconhecido a importância das chamadas Medicinas Alternativas e Complementares (MAC) em todo o mundo (SILVA, TESSE; 2013). A partir disso, a OMS estimula a implantação da chamada Medicina Tradicional, lançando em 2002 e 2003, documentos e resoluções com orientações para a referida implantação que incluem quatro pilares fundamentais: estruturação de uma política, garantia de segurança, qualidade e eficácia, ampliação do acesso e o uso racional (SOUSA, 2012).

Com base nessas práticas não convencionais, no Brasil em 2006 foi lançada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, como acupuntura, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia, termalismo e medicina antroposófica. Tais abordagens buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta qualificada, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. (BRASIL, 2006).

Em 2017, o Ministério da Saúde lançou duas portarias destinadas as PICS. A Portaria N° 145 de onze de janeiro de 2017, incluiu na Tabela dos Procedimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde, 07 (sete) procedimentos relacionados às PICS, sendo eles: Arteterapia; Meditação; Musicoterapia; Tratamento Naturopático; Tratamento Osteopático; Tratamento Quiropático e Reiki (BRASIL, 2017). E a Portaria N° 849, lançada dia 27 de março de 2017, ampliou as PICS contempladas na PNPIC (2006) abarcando novas práticas, a saber: a Arteterapia, Ayurveda,

Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga. (BRASIL, 2017).

Mediante tais considerações objetiva-se sumarizar na literatura estudos a respeito das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e como acontece a oferta dessas práticas no Sistema Único de Saúde (SUS).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura acerca das Práticas Integrativas e Complementares e Saúde. Este método consiste em um processo de investigação que se baseia em analisar, localizar, sintetizar e interpretar estudos já publicados sobre o tema que se deseja pesquisar, configurando-se em uma análise bibliográfica (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO 2008).

A revisão integrativa da literatura é um método de revisão amplo, pois permite incluir literatura teórica e empírica bem como estudos com diferentes abordagens metodológicas: quantitativa, qualitativa, experimental e de pesquisa não experimental. A análise dos dados é feita de forma sistemática em relação aos objetivos, materiais e métodos (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO 2008).

Para a realização da revisão foram delimitadas as seguintes etapas: a primeira foi a escolha do tema, e da elaboração da questão norteadora da pesquisa, a saber: Qual é a oferta das PICS no Sistema Único de Saúde, respectivamente. A segunda etapa contempla os passos seguidos para construção da revisão, que são: identificar os descritores, pesquisar as fontes secundárias e primárias ler criticamente e discutir a literatura.

Para a consolidação da revisão, foi realizada a coleta dos dados por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), usando os seguintes descritores: Terapias complementares; Pessoal de Saúde; Sistema Único de Saúde. Tais descritores foram cruzados com o auxílio da expressão booleana AND para alcançar as expectativas exigidas na revisão. Os critérios de inclusão definidos para a seleção foram: artigos disponíveis integralmente e de livre acesso, em língua portuguesa, em periódicos nacionais e internacionais, indexação nas bases de dados supracitadas, no período de 2006 a 2016. Foram excluídas da seleção cartas ao editor e artigos que não contemplassem a temática. Tomou-se o cuidado de excluir os artigos que se repetiam entre as bases. Os dados foram coletados no período de junho de 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seleção da busca final resultou em oito trabalhos, dos quais 06 (seis) artigos encontrados na base de dados Online Electronic Scientific Library (SCIELO) e 02 (dois) artigos de produção científica e técnica em Ciências da Saúde da América Latina e do Caribe (LILACS). Realizou-se a leitura na íntegra dos estudos selecionados buscando identificar temas que atendam o objetivo proposto. No quadro 01 abaixo está apresentado de forma esquemática os trabalhos selecionados, no qual estão dispostos dados simplificados dos artigos distribuídos de acordo com os autores e ano, títulos, base de dados e revista na qual foi publicado o periódico para facilitar a análise da presente revisão.

AUTORES/ano	TÍTULOS	BASE DE DADOS	REVISTA
TELESI, E. J. 2016.	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, uma nova eficácia para o SUS.	SCIELO	Estudos Avançados
SILVA, E. D. C.; TESSER, C. D. 2013.	Experiência de pacientes com acupuntura no Sistema Único de Saúde em diferentes ambientes de cuidado e (des)medicalização social.	SCIELO	Cad. Saúde pública
SOUSA, I. M. C et al. 2012.	Práticas Integrativas e Complementares: oferta e produção de atendimentos no SUS e em municípios selecionados.	SCIELO	Cad. Saúde pública
GONÇALVES, R. P et al. 2008.	Profissionais da área de saúde: atitudes, conhecimentos e experiências em relação a práticas médicas não convencionais.	LILACS	Rev. APS
CRUZ, L. B.; SAMPAIO, S. F. 2012.	O uso de práticas complementares por uma equipe de saúde da família e sua população.	LILACS	Revista APS
LIMA, K. S. V.; SILVA, K. L.; TESSER, C. D. 2014.	Práticas Integrativas e Complementares e relação com promoção da saúde: experiência de um serviço municipal de saúde.	SCIELO	Interface- comunicação, saúde e educação
NAGAI, S. C.; QUEIROZ, M. S. 2011.	Medicina complementar e alternativa na rede básica de serviços de saúde; uma aproximação qualitativa.	SCIELO	Ciênc. saúde coletiva
MAGALHÃES, M. G. M.; ALVIM, N. A.T.2013	Práticas Integrativas e Complementares no cuidado de enfermagem: um enfoque ético.	SCIELO	Esc. Anna Nery

Diante da análise dos artigos, evidenciaram-se os desafios enfrentados na oferta das práticas Integrativas e Complementares (PICS) no SUS. Dentre esses desafios elenca-se a falta de conhecimento dos profissionais acerca das PICS acarretando a carência de uma equipe qualificada para ofertar tais serviços aos usuários (SOUSA, 2012).

Estudo realizado por Gonçalves *et al*, com 56 profissionais que atuam na atenção básica do município de Juiz de Fora-MG, identificou que a falta de capacitação acontece pela pouca oferta de ensino-aprendizado, onde 82,15% dos entrevistados relatam não terem cursado disciplinas acerca das Práticas Mediciniais não-Convencionais (PMnC) durante sua formação acadêmica, enquanto que 17,85% afirmam ter cursado, sendo essas disciplinas ofertadas de forma obrigatória ou opcional na matriz curricular dos cursos. E outros obtiveram conhecimento das PMnC através de pós-graduações, conhecimento popular, pesquisa pessoal, mídia e outros. (GONÇALVES *et al*, 2008).

Tendo em vista tal necessidade o artigo 14 da lei nº. 8080/90 que trata da criação e funções das comissões permanentes de integração entre os serviços de saúde e instituições de ensino, para melhor qualificação do profissional na XII Conferência Nacional de Saúde e no Conselho Nacional de Saúde (CNS) foi aprovada a Política de Educação Permanente em Saúde por meio da Resolução CNS n.353/03 e da Portaria MS/GM n.198/04 com o objetivo de tornar a Rede Pública de Saúde uma rede de ensino-aprendizagem no exercício do trabalho, como estratégia do SUS para formação e o desenvolvimento dos trabalhadores. (CECCIM, 2005).

Outro aspecto elucidado nos artigos desta revisão versou sobre a imprecisão conceitual que torna dificultoso o registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Encontra-se dificuldade em distinguir o que são práticas terapêuticas ligadas ao cuidado convencional e as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, fazendo com que haja uma subnotificação a respeito do que está sendo ofertado no Sistema Único de Saúde (SOUSA, 2012).

CONCLUSÃO

Os artigos analisados evidenciaram que a oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no SUS é permeada por dificuldades, a saber: a falta de conhecimento dos profissionais acerca das PICS, ausência de profissionais qualificados para atuarem na assistência e a imprecisão conceitual a respeito de tais práticas.

Contudo, mesmo com os desafios que permeiam as PICS, as práticas têm ganhado espaço no cuidado à saúde, onde podemos observar por meio do registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), a oferta dos serviços de acupuntura, fitoterapia, técnicas em

medicina tradicional chinesa, praticas corporais/atividade física, homeopatia, termalismo/crenoterapia e medicina antroposófica.

Deste modo sugere-se que para a prestação de um bom atendimento aos usuários, faz-se necessário a importância da implementação de Educação Permanente para termos profissionais qualificados, a fim de proporcionar uma assistência de qualidade, garantindo dessa forma os princípios proposto na Lei 8080/90 que prevê uma assistência universal, equânime e integral para os usuários do Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº. 971, de 03 de Maio de 2006. Aprova a **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC)** no Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União 04 maio 2006; Seção 1.

BRASIL. Portaria nº 145, de 11 de janeiro de 2017. Altera procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS para atendimento na Atenção Básica.

BRASIL. **Portaria N°- 849, de 27 de Março de 2017**. Distrito federal. NATAL (Município). Instituir as diretrizes da Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde. **Portaria N° 137/2016-gs/sms de 05 de Maio de 2016**. BRASIL. **PNPIC é ampliada**. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/noticias.php?conteudo=_&cod=2331>. Acesso em: 02 ago. 2017.

TELESI, E. J. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, uma nova eficácia para o SUS. **Estudos Avançados**, vol.30 no.86 São Paulo, Jan./Apr. 2016.

SILVA, E. D. C.; TESSER, C. D. Experiência de pacientes com acupuntura no Sistema Único de Saúde em diferentes ambientes de cuidado e (des)medicalização social. **Cad. Saúde pública**, Rio de Janeiro, 29(11): 2186-2196, nov, 2013.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C.P.; GALVÃO, C.M. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidencias na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.17, n.4, p.758-764, out/dez.2008.

SOUSA, I. M. C et al. Práticas Integrativas e Complementares: oferta e produção de atendimentos no SUS e em municípios selecionados. **Cad. Saúde pública**, On-line version ISSN 1678-4464, Rio de Janeiro,2012.

GONÇALVES, R. P et al. Profissionais da área de saúde: atitudes, conhecimentos e experiências em relação a práticas medicas não convencionais. **Rev. APS**, v.11, n.4, p.398-405, out/dez 2008.

CECCIM, R.B. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de janeiro, v.10, n.4, p.975-986,2005.

CRUZ, L. B.; SAMPAIO, S. F. O uso de práticas complementares por uma equipe de saúde da família e sua população. **Revista APS**, 15(4):486-495, out/dez, 2012.

LIMA, K. S. V.; SILVA, K. L.; TESSER, C. D. Práticas Integrativas e Complementares e relação com promoção da saúde: experiência de um serviço municipal de saúde. **Interface- comunicação, saúde e educação**, São Paulo, vol.18, n.49, pp.261-272, 2014.

NAGAI, S. C.; QUEIROZ, M. S. Medicina complementar e alternativa na rede básica de serviços de saúde; uma aproximação qualitativa. **Ciênc. saúde coletiva**, vol.16 no.3, Rio de Janeiro, Mar,2011.

MAGALHÃES, M. G. M.; ALVIM, N. A.T. Práticas Integrativas e Complementares no cuidado de enfermagem: um enfoque ético. **Esc. Anna Nery**, vol.17, no.4, Rio de Janeiro Set./Dez. 2013.

